

Você se importa com o meio ambiente e com a crise climática, mas não sabe em quem votar?

Conheça a

CARTILHA PARA ELEITORES PREOCUPADOS COM O CLIMA





CARTILHA PARA OS ELEITORES PREOCUPADOS COM O CLIMA

Um guia para compreender os impactos da crise climática, a importância da justiça climática e o papel das eleições de 2026 na construção de políticas para enfrentar esses desafios.

1º Edição
2026

Projeto Gráfico e Diagramação:
Ednildo Hipólit • @ed.designergrafico

Ilustrações:
Ednildo Hipólit, com apoio de ferramentas digitais.
Natasha Gompers.

...

Realização:

**GT_
Clima**


Frente Parlamentar Mista
Ambientalista


GT_
Questões
Urbanas e
Resíduos

 HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG
RIO DE
JANEIRO

 OBSERVATÓRIO
DO CLIMA

APRESENTAÇÃO

A crise climática bate em nossas portas e traz com ela o aumento da temperatura, os eventos extremos cada vez mais frequentes e intensos e, conseqüentemente, as perdas humanas, sociais, ambientais e econômicas que acontecem em diferentes regiões do país. Os impactos atingem toda a população, mas recaem de forma mais intensa sobre determinados grupos e territórios, como as populações negras, periféricas e de baixa renda, que estão mais expostas a enchentes, deslizamentos, calor extremo, poluição e falta de saneamento.

Mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência são particularmente afetados durante os eventos extremos. Essa distribuição desigual dos danos ambientais e da proteção oferecida pelo Estado é uma expressão do racismo ambiental, o que torna imprescindível que o enfrentamento da crise climática seja acompanhado de justiça climática e que leve à redução de desigualdades e a priorização de quem vive os impactos mais graves. Enfrentar a crise climática, portanto, exige reconhecer que raça, gênero, território, renda, idade e deficiência influenciam tanto a exposição aos riscos quanto a capacidade de resposta e recuperação diante dos eventos extremos.

Políticas climáticas universais, que não consideram essas desigualdades, podem reproduzir ou até aprofundar injustiças já existentes. As eleições de 2026 serão fundamentais para que possamos continuar enfrentando as mudanças climáticas nos próximos anos. A escolha da Presidência da República e dos governos estaduais será fundamental, mas há um elemento que é menos falado quando tratamos do debate eleitoral, que é o papel do Congresso Nacional nos rumos dessas políticas pelos próximos anos.

E qual é a importância do Congresso na discussão da crise climática?



É importante lembrar que o Poder Executivo e o Poder Legislativo têm responsabilidades diferentes. A Presidência da República dirige o governo federal, coordena as políticas nacionais, executa o orçamento e administra órgãos como o Ibama, o ICMBio e a Funai. Já o Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, elabora as leis, aprova o orçamento e fiscaliza a atuação do governo. Uma proposta pode ser apresentada por parlamentares ou enviada pelo Poder Executivo e é discutida pelos deputados e senadores, que modificam e votam o texto. Depois da aprovação no Congresso, cabe à Presidência sancionar ou vetar a proposta e o Congresso tem a prerrogativa de manter ou derrubar esses vetos presidenciais.

Além de aprovar leis e o orçamento, o Congresso também participa da definição das prioridades políticas do país. Suas decisões podem ampliar direitos, fortalecer instituições públicas e proteger populações historicamente vulnerabilizadas, mas também podem aprofundar desigualdades quando enfraquecem a legislação ambiental ou ignoram os impactos diferenciados das políticas sobre determinados grupos raciais e territoriais.

É no Congresso que são aprovados os projetos de lei sobre diferentes temas da pauta ambiental, como proteção das florestas, direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, unidades de conservação, uso da terra e prevenção de desastres. Cabe aos deputados e senadores aprovar leis que protejam a população, reduzam as emissões e preparem o país para os eventos climáticos extremos. Porém, ultimamente temos observado o movimento contrário. Tem crescido a apresentação e aprovação de projetos de lei que enfraquecem a legislação ambiental e agravam a crise climática.

Nos últimos quatro anos, na atual legislatura, acompanhamos a aprovação e sanção do Marco Temporal, tese que tenta limitar os direitos territoriais indígenas, da Lei do Veneno, que libera agrotóxicos em todo o país e, mais recentemente, aprovaram a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, enfraquecendo profundamente uma das principais ferramentas para prevenir graves danos socioambientais no país.

Também têm avançado projetos que pretendem reduzir a proteção dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e das unidades de conservação, além de propostas para fragilizar as ferramentas necessárias para fiscalizar e combater o desmatamento. Tudo isso acontece enquanto a crise climática se agrava. Por isso, acompanhar a atuação dos parlamentares se tornou ainda mais necessário.

É importante conhecer as posições e as prioridades de cada candidatura para escolher representantes comprometidos com a proteção das pessoas e do clima.



Como saber se um candidato(a) está comprometido(a) com o clima?

É possível avaliar as candidaturas de diferentes formas: Se um candidato já ocupa um cargo público, basta olhar para o seu histórico para entender o seu posicionamento, por meio de votações e autorias de projetos. Assim, se a pessoa já exerceu mandato, é preciso:

Consultar os votos em projetos ambientais e climáticos relevantes;

Observar os projetos apresentados e relatados;

Considerar como a pessoa votou em vetos presidenciais;

Comparar o discurso público com a atuação legislativa;

Reconhece o racismo ambiental e apresenta propostas concretas para enfrentá-lo;

Considera dados de raça, gênero, território e desigualdades sociais na formulação das políticas climáticas;

Defende a participação efetiva das populações diretamente afetadas na elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas;

Propõe políticas de adaptação que priorizem os territórios mais vulnerabilizados, sem promover remoções injustas ou processos de gentrificação climática.

Os votos e os projetos de lei podem ser consultados na página do candidato no sites da Câmara dos Deputados e Senado Federal. Para outros mandatos, consulte a casa legislativa correspondente. Informações oficiais sobre as candidaturas de 2026 podem ser consultadas no DivulgaCandContas, do TSE.

E se o candidato/a não tiver exercido nenhum mandato político? Há algumas perguntas que podem ser feitas para entender se ele/a tem compromisso com o clima:

O plano de governo apresenta propostas concretas para enfrentar a crise climática?

Defende a prevenção de desastres e a proteção das populações e dos territórios mais afetados?

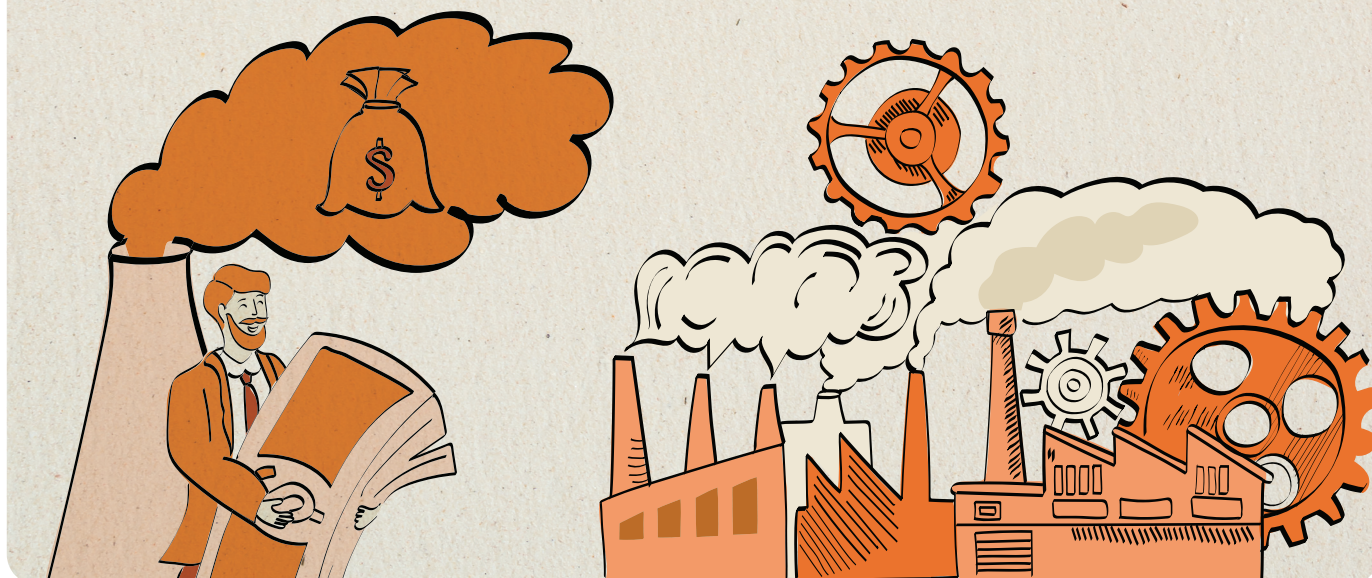
Apoia a eliminação do desmatamento e o fortalecimento da fiscalização ambiental?

Defende os direitos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e dos demais povos e comunidades tradicionais?

Propõe uma transição energética justa e a redução da dependência dos combustíveis fósseis?

Relaciona agricultura, água, alimentação, economia circular, resíduos sólidos, cooperativa de catadores de recicláveis e saneamento à política climática?

A posição do partido é coerente com esses compromissos?



Tendo decidido os candidatos, o que é possível cobrar deles como deputados e senadores?

Além de conhecer o histórico e as propostas das candidaturas, é importante saber quais compromissos podem ser cobrados de quem for eleito. A seguir, reunimos algumas das medidas que o Legislativo pode adotar em quatro temas centrais da agenda climática:

1. Adaptação climática para preparar nossas cidades e proteger vidas

Enchentes, deslizamentos, ondas de calor, secas e incêndios já fazem parte da realidade do país. Esses impactos não acontecem em territórios abstratos, mas em cidades e comunidades marcadas por desigualdades históricas de raça, renda, gênero e acesso a serviços públicos.

Se esses eventos serão cada vez mais frequentes e intensos, é preciso investir em prevenção e preparar nossas cidades para enfrentar essa nova realidade. Isso começa pelo mapeamento das áreas de risco e pela criação de sistemas de alerta que funcionem.

A Defesa Civil precisa ter estrutura e recursos para atuar antes, durante e depois dos eventos extremos e é necessário também investir em drenagem urbana, moradia segura e proteção de rios e encostas. É sempre importante lembrar que os impactos não atingem todas as pessoas da mesma forma.

Populações negras, periféricas e de baixa renda estão mais expostas aos riscos climáticos e, muitas vezes, têm menos condições de se recuperar depois de uma tragédia. Por isso, uma política de adaptação comprometida com a justiça climática precisa priorizar os territórios e as populações que enfrentam os maiores riscos.

A adaptação climática não pode ser compreendida apenas como construção de infraestrutura ou resposta técnica aos eventos extremos. Ela também envolve enfrentar as desigualdades que determinam quem pode permanecer em segurança em seus territórios, quem tem acesso a serviços públicos e quem é deixado para trás nas situações de emergência. Por isso, políticas de adaptação devem ser construídas com participação das comunidades afetadas e considerar seus conhecimentos, necessidades e formas de organização.

Os municípios também precisam estar preparados e os planos climáticos locais devem conversar com os planos diretores e com políticas que já fazem parte da vida das cidades, bem como estreitar o diálogo com a população mais vulnerável através da inserção de assessoria técnica independente (ATI). Para que isso saia do papel, é necessário garantir recursos, principalmente para municípios com menor capacidade financeira e técnica.

O QUE PODEMOS COBRAR DO PODER LEGISLATIVO?

O Congresso tem um papel importante nesse tema por dois grandes motivos. Em primeiro lugar, pode apresentar projetos de lei que ajudem o Brasil a se adaptar às mudanças climáticas sob uma perspectiva de justiça climática e de combate ao racismo ambiental. O segundo motivo é dinheiro, uma vez que cabe ao Congresso decidir quanto será destinado à prevenção de desastres e à Defesa Civil. Deputados e senadores também podem garantir recursos permanentes para essas políticas, aprovar medidas para tornar as cidades mais preparadas para os eventos extremos, além de cobrar que os investimentos cheguem primeiro aos territórios mais expostos e às populações mais afetadas.

2. Proteção de florestas e territórios

O Brasil só conseguirá cumprir seus compromissos climáticos se enfrentar o desmatamento. A mudança do uso da terra continua sendo a principal fonte de emissões de gases de efeito estufa do país, o que faz da eliminação do desmatamento uma das medidas mais importantes para o enfrentamento da crise climática. Para chegar lá, é preciso respeitar as leis que já existem, como o Código Florestal e a Lei da Mata Atlântica, e garantir recursos para que os planos de prevenção e controle do desmatamento funcionem de forma adequada.

Também é necessário combater a grilagem, dar uma destinação às florestas públicas que ainda estão sem uso definido e fortalecer a fiscalização, o que passa por assegurar ao Ibama, ao ICMBio e aos órgãos ambientais estaduais servidores, orçamento e condições de trabalho. Se essas instituições forem enfraquecidas, o Estado perde capacidade para impedir crimes ambientais e de cobrar o cumprimento da lei.

O Congresso tem o poder de atuar nas duas direções: tanto fortalecer essas políticas quanto desmontá-las. Nos últimos anos, avançaram propostas para flexibilizar o Código Florestal, enfraquecer a Lei da Mata Atlântica, reduzir a proteção de unidades de conservação e limitar instrumentos utilizados no

combate ao desmatamento, medidas que beneficiam quem descumpre a legislação e prejudicam quem produz dentro da lei.

Também tem crescido no Congresso a movimentação de projetos que atacam os direitos dos povos e comunidades tradicionais, inclusive com propostas que ameaçam a demarcação de terras indígenas e a proteção de outros territórios tradicionais. Esse movimento é preocupante não apenas do ponto de vista dos direitos socioambientais, mas também para a proteção das florestas, considerando o papel central que esses povos exercem.

A proteção dos territórios também é uma política climática, povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais desempenham papel fundamental na conservação da biodiversidade e na proteção dos ecossistemas, mas continuam enfrentando invasões, conflitos territoriais e ausência de políticas públicas adequadas. Garantir seus direitos territoriais não é apenas uma questão de proteção ambiental: é uma medida de justiça social, racial e climática.

As comunidades também precisam ser protegidas diante de empreendimentos que pressionam seus territórios e recursos naturais, como o uso intensivo de água por datacenters, a oferta de blocos de petróleo e gás e de mineração sobrepostos a áreas protegidas e a ofensiva do setor de óleo e gás pelo fraturamento hidráulico (fracking), prática danosa aos recursos hídricos, à saúde pública e à segurança alimentar.

Por isso, garantir seus direitos, proteger seus territórios e avançar na demarcação, titulação e regularização territorial também faz parte da justiça climática.

O QUE PODEMOS COBRAR DO PODER LEGISLATIVO?

Nos últimos anos, têm avançado no Congresso propostas que enfraquecem a proteção das florestas e podem levar ao aumento do desmatamento. Esse movimento precisa ser barrado, principalmente porque vai na direção contrária ao compromisso de zerar o desmatamento e enfraquece regras e instrumentos que já existem para proteger a vegetação nativa.

Entre os principais riscos estão as tentativas de flexibilizar o Código Florestal e a Lei da Mata Atlântica, reduzir a proteção de unidades de conservação, enfraquecer os embargos ambientais e facilitar a regularização de terras públicas griladas. Também precisam ser impedidas propostas que reduzam os direitos dos povos e comunidades tradicionais ou fragilizem a proteção de seus territórios.

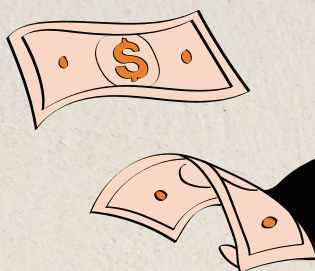
Ao mesmo tempo, há uma agenda positiva que pode avançar no Congresso, como propostas de medidas de combate à grilagem e que aumentem a transparência e o monitoramento do desmatamento, além de projetos que ampliem a proteção de biomas, como Cerrado e Caatinga, que proíbam o fraturamento hidráulico (fracking) no Brasil e fortaleçam as salvaguardas socioambientais para comunidades atingidas por empreendimentos, garantindo, em especial, a consulta livre, prévia e informada antes da disponibilização de áreas e blocos para exploração e do licenciamento ambiental, considerando a trajetória proposital de enfraquecimento dos órgãos licenciadores.

3. Uma transição energética justa

O enfrentamento da crise climática precisa passar pela eliminação gradual do uso de carvão, petróleo e gás, uma vez que a queima de combustíveis fósseis é a principal causa do aquecimento global. O Brasil tem grande potencial para ampliar as fontes renováveis, principalmente solar e eólica, mas essa expansão deve respeitar os territórios e os direitos das comunidades atingidas, para evitar que a transição energética reproduza conflitos e injustiças já existentes. Uma transição justa significa justamente fazer essa mudança reduzindo as emissões sem aumentar desigualdades, o que passa por garantir acesso à energia a preços acessíveis, enfrentar a pobreza energética e criar novas oportunidades para os trabalhadores e territórios que serão afetados pelas mudanças na economia.

O QUE PODEMOS COBRAR DO PODER LEGISLATIVO?

Uma das principais tarefas do Congresso nessa agenda é impedir que avancem propostas que aumentem a dependência dos combustíveis fósseis, principalmente aquelas que criam novas estruturas que permanecerão em funcionamento por décadas e evitando o uso deliberado do falso discurso de uso do gás natural fóssil como combustível da transição energética. Nesse sentido, é preciso rever os incentivos que já existem e evitar que dinheiro público continue sendo utilizado para sustentar atividades altamente emissoras. Em um sentido positivo, parlamentares podem avançar com uma agenda voltada à transição, direcionando recursos para as fontes renováveis, a eficiência energética e o transporte público de baixa emissão. É importante garantir regras socioambientais adequadas para os novos empreendimentos e as comunidades e os territórios afetados por esse processo e proibir o fraturamento hidráulico (fracking) no Brasil.



4. O Congresso também decide o orçamento

Nenhuma dessas políticas funciona sem dinheiro e, nesse ponto, o Congresso tem uma responsabilidade central, já que aprova o Orçamento da União e participa diretamente da definição de quanto o país investirá em elementos importantes, como prevenção de desastres e fiscalização ambiental. Os parlamentares também controlam uma parcela importante dos recursos públicos por meio das emendas parlamentares, que podem financiar ações diretamente nos estados e municípios. Esse dinheiro pode ser usado para preparar cidades para eventos extremos, fortalecer a fiscalização ou ampliar políticas ambientais que chegam à população. Apesar disso, apenas 0,58% das emendas parlamentares individuais apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2026 foram destinadas à agenda climática, uma parcela muito pequena para um país que enfrenta eventos extremos cada vez mais frequentes e precisa aumentar seus investimentos tanto em prevenção quanto na redução das emissões.

O QUE PODEMOS COBRAR DO PODER LEGISLATIVO?

O Congresso precisa impedir cortes e mudanças que enfraqueçam o financiamento das políticas ambientais, principalmente quando atingem áreas essenciais como fiscalização e prevenção de desastres. Também cabe aos

parlamentares garantir orçamento suficiente para os órgãos responsáveis por executar essas políticas e fiscalizar se os recursos estão sendo utilizados da forma prevista. Além disso, os próprios parlamentares podem direcionar uma parcela maior de suas emendas para ações climáticas nos estados e municípios, priorizando os territórios mais vulneráveis e aqueles com menor capacidade financeira. O orçamento também diz muito sobre as prioridades de um parlamentar, uma vez que não adianta defender o clima no discurso e, na hora de decidir onde colocar o dinheiro público, deixar sem recursos a prevenção de desastres ou os órgãos ambientais.

UMA FERRAMENTA PARA AJUDAR NA ESCOLHA



O VOTE PELO CLIMA, INICIATIVA APOIADA POR MAIS DE 95 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, PERMITE BUSCAR CANDIDATURAS QUE SE COMPROMETEM COM A DEMOCRACIA, OS DIREITOS HUMANOS, E COM O ENFRENTAMENTO DA CRISE DO CLIMA. ALÉM DISSO, É POSSÍVEL VER AS BANDEIRAS POLÍTICAS PRIORITÁRIAS E PROPOSTAS ESPECÍFICAS DAS CANDIDATURAS.

OS COMPROMISSOS E PROPOSTAS SÃO AUTODECLARADOS, POR ISSO, TAMBÉM VALE CONFERIR O HISTÓRICO, AS PROPOSTAS E OS POSICIONAMENTOS DA CANDIDATURA.

DURANTE A ÉPOCA DE ELEIÇÕES, É SEMPRE IMPORTANTE LEMBRAR QUE A ESCOLHA DE DEPUTADOS E SENADORES É PARTE CENTRAL DA RESPOSTA DO BRASIL À CRISE CLIMÁTICA.

A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA TEM ENORME RESPONSABILIDADE SOBRE A POLÍTICA AMBIENTAL, MAS GRANDE PARTE DAS DECISÕES QUE PODEM REDUZIR AS EMISSÕES E PREPARAR O PAÍS PARA OS EVENTOS EXTREMOS TAMBÉM PASSA PELA CÂMARA E PELO SENADO.

O SEU VOTO IMPORTA PARA O PLANETA!



GT_
Clima

